



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Relatório do Grupo de Trabalho Subdivisão Insular 12 de maio de 2017 - Porto

O Presidente agradeceu todos os participantes pela sua presença.

Adoção do Projeto de Relatório:

L. Fernandes indicou que o projeto apresentado continha inúmeras informações erradas. Por esse motivo, não lhe parece possível estas serem corrigidas, opondo-se, logo, à adoção do projeto. P. Melo indicou que não se oporia ao relatório, mas que era necessário os mesmos serem mais pormenorizados, de modo a reproduzirem mais fielmente as diferentes intervenções.

O Secretário-Geral mostrou-se surpreendido com estas reações, considerando que o projeto apresentado já continha muitas precisões. O formato dos Relatórios é, para além disso, semelhante para todas as reuniões do CC Sul, inscrevendo-se numa lógica de síntese, com vista a limitar os custos de tradução. Isto não constitui um problema no âmbito dos outros Grupos de Trabalho e, no caso de se querer complementá-los, os custos adicionais deveriam ser validados pelo Comité Executivo. Estas reações são ainda mais surpreendentes pelo facto de os relatórios serem agora sistematicamente revistos pelos Presidentes antes da sua difusão. No presente caso, o Presidente não pretendeu proceder a alterações em outubro de 2016 mas hoje, considera que duas otimizações em termos de redação, seriam desejáveis. G. Rita indicou entender a vontade de síntese dos relatórios, desde que estes reflitam corretamente os debates das reuniões. Este requisito está associado a este projeto, pelo que gostaria que fosse validado.

O projeto da ordem do dia foi validado sem qualquer modificação.

Gestão do Goraz nos Açores:

O Secretário-Geral recordou o contexto das negociações do ano passado, marcado por uma perspetiva de redução do TAC do goraz nos Açores, que teria tido um forte impacto. Por fim, foi possível manterem-se os níveis das possibilidades de pesca, nomeadamente graças aos recentes resultados da campanha oceanográfica da Universidade dos Açores, com resultados positivos. Contudo, no final do ano passado, a Comissão pediu ao CIEM para este avaliar a unidade populacional face aos referidos resultados, de modo a confirmar o nível de TAC. O parecer do CIEM foi elaborado em virtude de uma abordagem genérica (Unidade populacional de categoria 3), recomendando uma captura máxima de 480 Tn em 2017 e 2018.

O CC Sul lamentou sempre a aplicação de tal método - por motivos de coerência - pelo que o mais óbvio seria manter a posição do CC Sul validada em novembro. Os Membros foram convidados a posicionar-se relativamente à melhor linha a seguir para o CC Sul.





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

L. Fernandes começou por lamentar a ausência da IPMA, pois considera necessária a participação dos cientistas em trabalhos destes, especialmente no caso de os resultados das análises científicas parecerem opor-se às vivências dos pescadores. Face ao tempo necessário para a reconstituição da unidade populacional (8 anos), este afirmou ter sérias dúvidas quanto aos resultados anteriormente apresentados. O CC Sul deve manter a sua posição, de modo a evitar qualquer redução do TAC.

G. Rita saudou os trabalhos levados a cabo pela Universidade dos Açores. Considerou que atualmente se encontravam reunidas as condições para o nível do TAC ser mantido, o que implica para o CC Sul manter também a sua posição. Para além disso, também foi salientado que a base científica que sustenta a tomada de decisão era mais favorável este ano do que no ano passado. Nesse sentido, a recondução do TAC do ano passado parece tanto ou mais razoável.

J. Gonçalves especificou que o CC Sul deveria reforçar a sua posição, relativamente à manutenção do TAC.

Por conseguinte, o CC Sul manterá a sua posição, tentando obter mais informações relativamente a eventuais negociações em curso, antes de tomar uma resolução, dado o caso.

A estabilização do TAC parece, para além disso, ter sido reforçada na sequência de um acordo sobre um novo tamanho mínimo para essa espécie. Apesar de este contexto bastante favorável e de determinados pontos de vista amplamente partilhados sobre a vontade de gestão sustentável desta espécie, surgiu em seguida uma troca de pontos de vista nitidamente opostos.

O histórico das medidas de gestão decididas foi passado em revista por vários Membros (L. Fernandes, A. Silveira...), que, não partilhavam o mesmo ponto de vista. G. Rita considerou que certas intervenções não se enquadravam numa reunião do CC Sul, mas sim em reuniões internas dos Açores.

Gestão dos escapes aquícolas de robalo nas Ilhas Canárias:

C. Carballo recordou que esse projeto de parecer já tinha sido debatido em outubro e novembro no CC Sul. Durante o último Comité Executivo, não tinha sido possível adotar esse projeto de parecer, pois tinha suscitado algumas interrogações ou pedidos de precisões.

Essas precisões foram introduzidas numa nova parte 8, e incidem principalmente sobre a dimensão comercial e as soluções regulamentares a implementar. O espírito do parecer continua inalterado, visando em primeiro lugar, a implementação de um plano de contingência em caso de escapes maciços, de modo a limitar os impactos ambientais. A fim de aumentar as probabilidades de se alcançar o objetivo em termos de soluções a implementar, o parecer abre a porta a todas as soluções possíveis de implementar.





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

F. Portela Rosa indicou que essa questão era principalmente da responsabilidade do governo das Ilhas Canárias. Pareceu-lhe que a posição favorável do CC Sul quanto a esse projeto de parecer devia ser mantida. O conjunto dos Membros partilham este ponto de vista, sendo o projeto de parecer, por conseguinte, transmitido ao Comité Executivo.

Pedidos de isenções às Ilhas Canárias:

C. Carballo recordou os objetivos do projeto de parecer, bem como o tipo de problemas que levaram o setor das Ilhas Canárias a emitir esta proposta. O projeto, já debatido em outubro, foi alterado, de modo a restringir o campo de aplicação às Ilhas Canárias. Os problemas identificados não parecem abranger os Açores ou a Madeira.

Esta vontade de restrição geográfica foi apreciada, sendo o projeto validado. O projeto será, por conseguinte, apresentado ao Comité Executivo.

Ponto informativo relativo à prefiguração do CC RUP:

Como de costume, o Secretariado colocou no Web Site desta reunião os últimos elementos de notícias relativos a este assunto e convidou os participantes a partilharem as informações de que dispunham, de modo a todos os Membros ficarem a par da situação.

A notícia mais importante refere-se a uma reunião organizada em Bruxelas em finais de março, durante a qual, segundo um Comunicado de Imprensa, terá sido possível chegar a um acordo entre os setores dos 3 Países interessados, relativamente à composição do Comité Executivo.

C. Carballo denunciou esta informação, pois, a seu ver, o acordo não corresponde àquilo a que o setor aspira nas Ilhas Canárias. Este ainda não teve tempo de explicar o seu ponto de vista com F. Gutierrez. Por sua iniciativa, será muito em breve organizada uma reunião nas Ilhas Canárias, com todas as Partes, com vista a adotar uma nova posição de negociação. O mais provável é que as Ilhas Canárias defendam a atribuição de 6 assentos para cada um dos 3 setores. O Relatório da futura reunião será difundido ao Secretariado e comunicado a todos os Membros.

G. Rita fez questão de expor que o CC RUP era o único a não ter sido ainda constituído. Face aos esforços financeiros e logísticos aceites por todas as Partes, não devemos perder mais tempo e chegar o mais rapidamente possível à fase final do processo de prefiguração. Indicou concordar com a reivindicação Francesa de 6 assentos para o Comité Executivo e o acordo geral relativo à localização do Secretariado nos Açores. As Ilhas Canárias devem agora tomar rapidamente posição.

C. Carballo lembrou que concordava com a localização da sede, indicando que o único ponto de discórdia era o facto de França poder ter mais assentos do que Espanha.





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

S. Larzabal especificou que não tinha mandato de negociação para essa reunião. Tinha julgado ter entendido que um acordo satisfatório tinha sido encontrado em finais de março em Bruxelas. Se este não for o caso, informará os representantes das RUPs francesas.

C. Canha indicou que o CC RUP parecia criar mais problemas do que soluções, o que não lhe parecia coerente. A seu ver, as RUP Francesas são um vestígio do passado colonial de França; as frotas desses territórios não têm qualquer vínculo com as frotas europeias. Por esses motivos e, considerando que a criação do CC RUP é um erro, não se envolverá na prefiguração, nem tomará posição sobre as questões pendentes relacionadas.

P. Melo considerou que a prefiguração do CC RUP se encontrava na fase final com o tratamento das questões relacionadas com o Comité Executivo. Afirmou o interesse da sua organização em participar. No entanto, não estando as coisas muito claras a seu ver, atualmente, disse querer informações adicionais antes de confirmar o seu ponto de vista. Na sua opinião, as ONGs ambientais devem estar presentes.

S. Larzabal fez questão de lembrar que Portugal também tinha um passado colonial. Recordou que a constituição do CC RUP estava prevista na PCP e que as discussões já tinham iniciado há 3 anos.

Mesmo se a referida constituição não parece satisfazer todas as Partes, as estruturas a favor da sua criação devem seguir em frente, pois a adesão e o envolvimento são sempre livres e voluntários.

No seguimento dessas trocas de pontos de vista, alguns Membros pretenderam esclarecer a sua posição. O que importa mais do que uma eventual objeção à criação do CC RUP, é reforçar e melhorar a comunicação entre Membros interessados. Também foi salientado que um tempo de prefiguração demorado não era forçosamente sinónimo de perda de tempo, pois esse mesmo tempo pode permitir ao CC RUP arrancar com bases sólidas. Para além disso, referiu mais uma vez que a constituição do CC RUP não implicava uma expulsão automática por parte dos Membros da Macaronésia.

Todavia, a única questão que ainda resta tratar é a da repartição dos assentos no Comité Executivo, e não parece necessário - sendo até talvez contra produtivo - nesse âmbito, tentar resolver esta questão de maneira aberta.

Nesta perspetiva, C. Carballo comprometeu-se a entrar rapidamente em contacto com os Membros através do secretariado, para lhes comunicar uma posição consolidada do Setor das Ilhas Canárias.

Principais Conclusões:

- Goraz: A posição do CC Sul permanece inalterada, devendo o TAC para este stock corresponder ao nível estabelecido pelo Conselho de Ministros no ano passado.
- Projetos de Pareceres: Ambos os projetos de Pareceres apresentados pelas Ilhas Canárias serão apresentados ao Comité Executivo.
- CC RUP: C. Carballo irá comunicar muito em breve aos Membros uma nova proposta, relativa à composição do Comité Executivo.

